



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.12 , nº 02 / jul-dez 2018, ISSN 1414-0810

O plano de uso e o modo de vida na Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves – Pará

Use plan and the way of life in the Mapuá Extractivist Reserve, Breves municipality, Pará

José Bruno Santos Pinheiro, Especialista, INEAF/UFPA, jbrunopinheiro@hotmail.com;
Paulo Fernando da Silva Martins, Doutor, INEAF/UFPA, pfsm@ufpa.br;
Ana Carolina Cavalcante Jucá, Especialista, INEAF/UFPA, carolinajuca2009@hotmail.com;
Cleber Assis dos Santos, Doutorando, INPE, cleberassis.ufpa@gmail.com;

Resumo

Este trabalho analisa como o plano de uso da Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves-PA, se enquadra no modo de vida dos moradores. O trabalho foi realizado em duas etapas: viagens de campo; sistematização e refinamento dos dados levantados. A primeira etapa foi realizada em três momentos por uma equipe de seis discentes do curso *Latu Sensu* em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental da Universidade Federal do Pará. As análises foram feitas a partir de entrevistas realizadas com moradores das comunidades São Sebastião, Bom Jesus e Vila Amélia. Constatou-se que o plano de uso ajuda no modo de viver da grande maioria das famílias entrevistadas.

Palavras-chave

Ilha do Marajó; Exploração madeireira; Terra firme; Várzea

Abstract

This paper analyzes how the Mapuá Extractive Reserve management plan, municipality of Breves -PA, aligns with the inhabitants' way of life. Research was conducted in two stages: field trips and data organization and refinement. A team of six post-graduate students carried out research on three different occasions. Analyses were conducted from interviews with residents of the communities of São Sebastião, Bom Jesus and Vila Amelia. We determined that for the majority of families, the management plan helps families maintain their ways of life.

Keywords

Ilha do Marajó; Timber, logging; Uplands; Amazonian Floodplains.

1. Introdução

Instituído pela Lei Nº 9.985, em 18 de julho do ano 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece critérios e normas para a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UC).

Deste modo, o SNUC divide as unidades de conservação em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. A primeira tem como objetivo a manutenção dos ecossistemas, livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais. Neste grupo enquadram-se as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgio de vida silvestre.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, buscam a conservação de recursos naturais. Isto é, permitem a exploração do ambiente de modo a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e todos os atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Neste grupo estão as áreas de proteção ambiental, área relevante de interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

De acordo com Barbosa (2012), no Marajó existem atualmente quatro Reservas Extrativistas (RESEXs): Mapuá, no município de Breves, com 94.463 hectares, que é o objeto deste estudo; RESEX Terra Grande Pracuíba, com 194.695 hectares, que abrange os municípios de Curalinho e São Sebastião da Boa Vista; RESEX Gurupá-Melgaço, com 145.297 hectares, abrangendo os municípios de Gurupá, Melgaço e Breves; e a Reserva Marinha de Soure, com 27.463 hectares.

De acordo com Pará (2007) a formação vegetal da terra firme da reserva extrativista deste estudo é caracterizada como floresta ombrófila densa (floresta pluvial tropical). As principais espécies são a maçaranduba (*Manilkara huberi* (Ducke) Standl.), o breu (*Protium spp.*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatairea sericea* (Ducke), e a castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores cuja madeira é caracterizada como “madeira de lei”, com

poucas palmeiras. E não apresenta um estrato arbustivo tal qual o observado nas florestas de várzea.

A várzea da RESEX Mapuá, assim como em outras áreas da Amazônia, sofre com o processo sazonal de adubação e fertilização dos solos, devido às cheias que ocorrem no período de chuva, e devido ao ciclo lunar diário, que promove o regime de marés. No período em que o rio está mais baixo, são realizadas pequenas plantações ao longo das margens de rios e igarapés. O processo de fertilização dos solos pela cheia dos rios dispensa o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos (ALVES, *et al* 2014).

Segundo Souza *et al* (2002), entre as décadas de 1970 e 1980, o município de Breves sofreu intensa “invasão” por grandes empresas madeireiras nacionais e internacionais. Neste período o município figurava como o 5º maior produtor de madeiras em tora do estado. Era o auge da fase de exploração madeireira. Em 1979, a produção de madeiras em toras era da ordem de 400.000 m³ por ano. Ao longo da década de 80, essa quantidade manteve-se constante em torno de 450.000 m³/ano.

Na reserva Mapuá, destaca-se a empresa “Ecomapuá Conservação Ltda.”. A mesma realizou reuniões com moradores locais e, segundo relatos, a empresa tinha o objetivo de conquistar o apoio das comunidades no processo de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Particular. Segundo os discursos de representantes da Ecomapuá, as comunidades seriam beneficiadas com a criação desta reserva particular que iria atuar no regime de “concessão” governamental por um período de 100 (cem) anos.

Pinto (2008) destaca que as reuniões realizadas pela Ecomapuá despertaram um forte impacto negativo nas comunidades ribeirinhas da região do rio Mapuá e de moradores da sede municipal de Breves. Eles temiam perder seus sítios, onde residiam ou terem suas produções e atividades totalmente controladas pela empresa. Assim, diante da situação desencadeada depois da proposta da Ecomapuá, o STR/Breves (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves) e o CNS (naquela época, Conselho Nacional dos Seringueiros) tornaram-se os maiores aliados dos moradores do rio Mapuá contra a criação da reserva particular.

Neste contexto, de acordo com informações de lideranças da reserva, a proposta de criação da unidade de conservação de uso sustentável, RESEX de Mapuá, surgiu a partir

de uma demanda social impulsionada pelos moradores da área e de pessoas da sede municipal de Breves-PA.

O próximo passo da reserva extrativista Mapuá, já então consolidada como uma unidade de conservação de uso sustentável, foi a criação do seu documento de plano de uso. Este rege as atividades sociais e produtivas no interior da RESEX, buscando a sustentabilidade econômica, ambiental e social, focando nos quatro pilares da RESEX: terra, produção, organização comunitária e respeito ao meio ambiente.

O plano de uso foi elaborado no período de 27 de maio a 17 de agosto de 2008, com reuniões em cada uma das 14 comunidades da reserva. Essas reuniões contavam com a presença de representantes da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA), gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e moradores das comunidades.

De acordo com o depoimento de moradores, a construção do plano de uso procurou respeitar as atividades tradicionais exercidas pelos moradores. O plano contém as regras de convívio e de exploração dos recursos naturais com 10 tópicos: Palmito, Caça, Pesca, Lixo, Embarcações, Ecoturismo, Roça e Criações, Colocação e Posse de Terra, Madeira e Açai.

No plano também constam as responsabilidades dos moradores > todos são responsáveis pela implementação e fiscalização do plano de utilização na área da reserva, contando com a comissão de conselheiros para verificação de denúncias. Além de recomendações como a elaboração do plano de manejo, construção de fábrica comunitária para beneficiamento do palmito de acordo com as exigências da vigilância sanitária, entre outras.

Como hipótese deste estudo, o plano de uso interfere de forma positiva no modo de vida dos entrevistados e favorece a convivência e utilização responsável dos recursos naturais disponíveis na reserva.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação do plano de uso da reserva extrativista com o modo de vida dos moradores das comunidades São Sebastião, Bom Jesus e Vila Amélia e avaliar como ele ajuda ou limita a sua forma de viver, através da convivência com moradores a aplicação de questionários.

2. Material e métodos

2.1 Área de estudo

A Reserva Extrativista Mapuá foi criada pelo decreto Presidencial s/nº de 20 de maio de 2005. Esta unidade de conservação está localizada no município de Breves, ao sudoeste na ilha do Marajó, no estado do Pará (Figura 1).

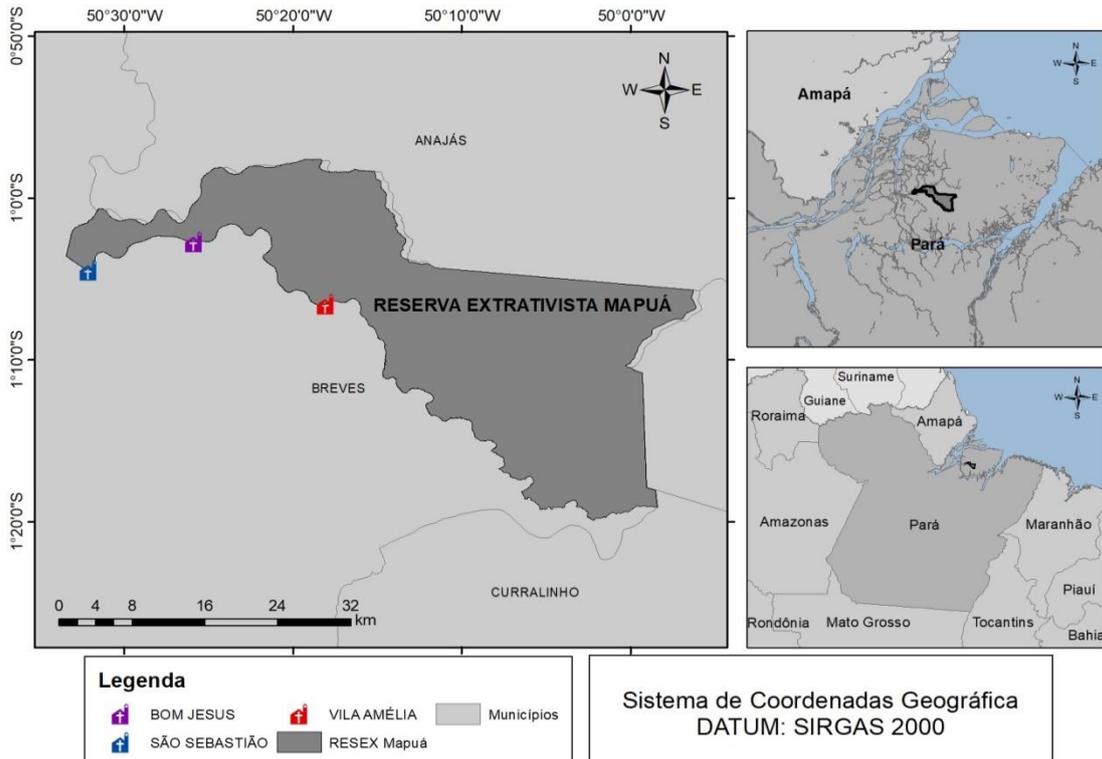


Figura 01: Mapa de localização da RESEX e das comunidades do estudo. Base Vetorial: IBGE e pesquisa de campo.

Fonte: Autor, 2015.

A RESEX é constituída por 14 comunidades ribeirinhas e cerca de 720 famílias. Em virtude da grande extensão da área da reserva, foram escolhidas três comunidades como alvo deste estudo: São Sebastião, Bom Jesus e Vila Amélia, tais comunidades são geograficamente as três primeiras do território da reserva, sendo as duas primeiras, mais próximas entre si em relação a comunidade Vila Amélia.

Na grande extensão da área da reserva, foram escolhidas três comunidades como alvo deste estudo: São Sebastião, Bom Jesus e Vila Amélia. Tais comunidades são geograficamente as três primeiras do território da reserva, sendo as duas primeiras, mais próximas entre si em relação à comunidade Vila Amélia.

Os solos das comunidades São Sebastião e Bom Jesus são, em sua grande parte, depósitos aluviais dos rios formados por materiais não consolidados e se apresentam em camadas estratificadas.

A estrutura do solo é fraca, moderada e granular. A coloração é amarelada e sua consistência, quando seca, é dura, e quando úmida é plástica e pegajosa. De modo geral tratam-se de solos de textura pesada, excessivamente ácidos, de profundidade média, mal drenados e de ocorrência nas várzeas baixas (PINTO, 2008). A importância do conhecimento da estrutura do solo se faz para a compreensão da aptidão de áreas e melhor manejo dos cultivos na região.

As três comunidades deste estudo apresentam áreas de terra firme. No entanto, as comunidades São Sebastião e Bom Jesus têm terra firme limitadas, localizadas geralmente distante das casas, o que dificulta o cultivo da mandioca para produção de farinha.

Por outro lado, a comunidade Vila Amélia apresenta áreas de terra firme de extensão considerável, próximas à beira do rio Mapuá. Por essa circunstância natural, os agroextrativistas dessa comunidade apresentam maiores áreas de cultivo de mandioca e, conseqüentemente, maior produção de farinha. Isto muito se deve à boa aptidão do solo no território da Vila Amélia (HERRERA, 2003).

2.2 Procedimentos metodológicos

O trabalho foi realizado em duas etapas: viagens de campo, sistematização e interpretação dos dados levantados. A primeira etapa foi realizada em três momentos por uma equipe de seis discentes do curso de especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental da UFPA. Foi empreendida uma primeira viagem no período de 6 a 9 de abril de 2015, com o intuito de conhecer a área de estudo e os moradores que lá residem. Nessa viagem, a prioridade foi observar o dia a dia das famílias com a mínima intervenção nas atividades diárias.

Na segunda viagem, realizada de 5 a 15 de junho de 2015 e já de posse de algumas informações sobre a RESEX e os moradores, foi aplicado um questionário com 65 perguntas abertas e fechadas, incluindo questionamentos sobre o plano de uso, com o intuito de caracterizar as atividades produtivas e sociais das famílias.

Foram entrevistadas quarenta e cinco famílias, sendo trinta e uma da comunidade Bom Jesus, nove da comunidade São Sebastião e cinco da comunidade Vila Amélia. Essa diferença no número de entrevistas se dá em virtude do acesso às comunidades, sendo a vila Amélia a comunidade mais distante e de mais difícil acesso.

Na terceira e última viagem de campo, realizada de 18 a 22 de setembro de 2015, foram sorteadas três famílias de cada comunidade, do universo das quarenta e cinco entrevistadas anteriormente, para aplicação de novo questionário objetivando a relação das mesmas com o plano de utilização da RESEX. Foram marcados pontos de localização das casas e dos centros comunitários com GPS (*Global Positioning System*) de navegação (Figura 2).

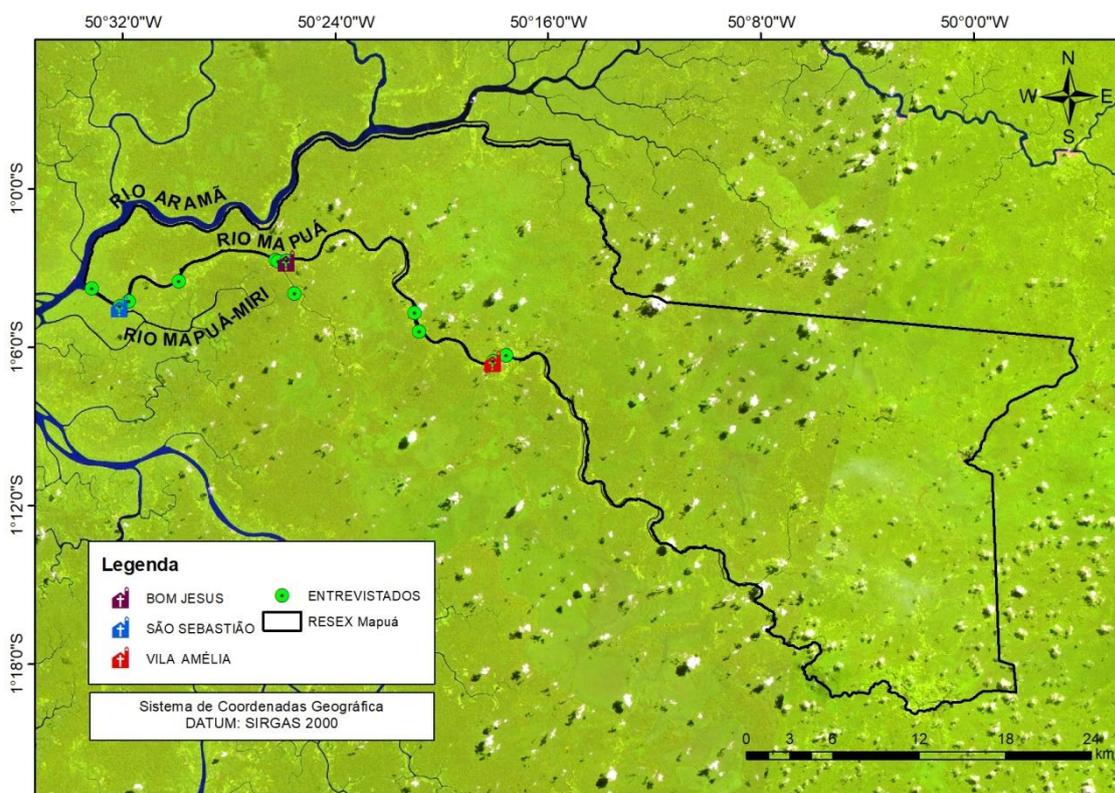


Figura 2: Centros comunitários e casas dos entrevistados.
Base Vetorial: ICMBio e pesquisa de campo.
Imagens de satélite: LANDSAT 5TM e LANDSAT 7ETM.
Fonte: Autor,2015

Estes pontos foram tratados e, posteriormente, confeccionadas cartas-imagem no *software ArcGIS 10.1*. Os dados das viagens de campo foram sistematizados no *software Microsoft Excel 2010* e, posteriormente, analisados.

3. Resultados e discussão

De acordo com os dados obtidos, verificou-se que o plano de uso vem satisfazendo a grande maioria das famílias entrevistadas, haja visto que foi elaborado com ampla participação dos comunitários da RESEX Mapuá, por meio de reuniões nos núcleos comunitários.

Dentre as famílias entrevistadas apenas duas da comunidade Vila Amélia, relataram que o plano de uso os limita. Este relato se dá principalmente sobre a utilização do recurso “caça” a qual é limitada a duas vezes por semana, considerando apenas as que houverem captura.

O levantamento das atividades contidas no plano indicou o seguinte:

- Açaí: o cultivo do açaí é a principal atividade produtiva de todas as comunidades visitadas. Neste tópico todos os entrevistados responderam de forma a concluir-se que os mesmos cumprem o que o plano determina, e que ele não limita essa atividade produtiva.
- Palmito: Quase todos os entrevistados cumprem os quesitos deste tópico, com exceção de um dos entrevistados que vende sua produção em quilogramas ao invés de cabeça como determina o Plano.
- Caça: Apenas três dos entrevistados relataram não caçar. Todos os outros afirmaram caçar para obtenção de alimento para a família, sendo o verão o período de maior incidência desta atividade. Dentre estes, os relatos e dados levantados mostram que não está havendo descumprimento do que é estabelecido pelo Plano.
- Pesca: Todos os entrevistados têm a pesca como atividade de obtenção de alimento. Os mesmos pescam com malhadeira de 30 mm e com linha e anzol. Ambas as formas são permitidas pelo Plano de Uso.
- Lixo: Este tópico merece uma atenção especial pelo fato de ser o mais frágil de todo o Plano de Uso por conter as recomendações do que não se deve fazer com o lixo produzido, mas não indicar aos moradores qual a destinação certa para o lixo que eles produzem. Conforme relatado pelos

entrevistados, o lixo orgânico é usado na alimentação de animais criados nos lotes, e o lixo não orgânico é queimado na parte de terra firme dos lotes.

- **Embarcações:** De todos os entrevistados, apenas um não possui embarcação com eixo central. Dos que possuem embarcação deste tipo, dois não têm cobertura no eixo, o que é proibido pelo Plano de Uso, por ainda não terem condições financeiras para fazer esta modificação em suas embarcações. A cobertura do eixo central tem o intuito de impedir acidentes por escarpelamento. Todos os entrevistados relataram que os regatões, embarcações de fora da RESEX que atracam de porto em porto vendendo os mais variados produtos, que passam na Reserva não são registrados junto ao ICMBio descumprindo o que determina o Plano.
- **Ecoturismo:** Apenas dois dos moradores entrevistados se mostraram favoráveis a uma possível prática de ecoturismo dentro da Reserva.
- **Roça e Criações:** Nenhuma das famílias entrevistadas desobedeceu ao que determina o Plano. Nenhuma possui áreas de plantio de mandioca maiores que 5 tarefas (1 tarefa equivale a ¼ de hectare). A única das famílias entrevistadas que cria porcos o faz como é recomendado pelo Plano: possui chiqueiro.
- **Colocação e Posse da Terra:** Os entrevistados afirmaram que seus lotes possuem o mesmo tamanho de antes da criação da RESEX. Todos costumam frequentar o centro de suas respectivas comunidades, principalmente em reuniões e cultos religiosos. Apenas um entrevistado relatou ter tido problema com vizinho por causa de entrada não permitida para extração de algum recurso, mas o mesmo informou que tudo foi resolvido sem nenhum tipo de conflito entre as partes, como recomenda o Plano nesse tipo de caso.
- **Madeira:** Somente um dos entrevistados afirmou não extrair madeira em sua propriedade. De todos os quais afirmaram extrair, um confirmou sua desobediência ao quesito, o qual ressalta que somente árvores com

diâmetro maior que 140 centímetros devem ser derrubadas na extração madeireira.

Conforme foi levantado, o Plano de Uso da RESEX foi construído de forma a proporcionar que os próprios moradores fossem os agentes ativos de todo o processo, desde sua concepção até sua fiscalização e cumprimento.

De acordo com as respostas obtidas nos questionários aplicados nas três comunidades deste estudo, de maneira geral, o Plano de Uso atende às necessidades de grande parte das famílias residentes na reserva, no entanto, foi relatada a ausência do órgão gestor da reserva para acompanhamento contínuo da vida dos moradores.

4. Considerações finais

Apesar dos relatos de satisfação relacionados ao Plano de Uso, a presença do órgão gestor facilitaria qualquer adaptação que possa se fazer necessária ao mesmo, afinal o Plano foi construído no ano de 2008. Aqui também se chama a atenção para o fato de, até o momento de realização desta pesquisa, a RESEX ainda não possuir Plano de Manejo, descumprindo a lei 9.985, que determina o prazo de no máximo cinco anos a partir da criação da RESEX. Este fato se faz contraditório, já que no próprio Plano de Uso cedido pelo órgão gestor, tem-se a “recomendação urgente da construção de Plano de Manejo para a reserva”.

Referências bibliográficas

ALVES, Odair José Aragão; DA SILVA, Christian Nunes; DE CASTRO, Carlos Jorge Nogueira. Uso dos Recursos Naturais por Populações Tradicionais na RESEX Mapuá (Breves–Pará). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 1, n. 01, 2014. Disponível em <<http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista>>. Acesso em 10 de março de 2016.

BARBOSA, Maria José de Souza *et al.* Relatório analítico do território do Marajó. **Belém: MDA/PITCPES-UFPA/GPTDA**, 2012. Disponível em <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>. Acesso: 11 de março de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 de março de 2016.

DO PARÁ, GOVERNO DO ESTADO; FEDERAL, GOVERNO. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. 2007. Disponível em <<http://www.casacivil.gov.br/.arquivos/marajo.pdf/@@download/file/marajo.pdf>>. Acesso em 08 de março de 2016.

HERRERA, José Antônio. **Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia - Breves/Pará**. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2003. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1646>>. Acesso: 13 de março de 2016.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos Estados Brasileiros**, 2012. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

PINTO, J.S. Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Reserva Extrativista Mapuá. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Breves (PA). 172p. 2008

RAMOS, Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo. Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação. 1996. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1303>>. Acesso em 16 de março de 2016

SOUZA, Armando Lírio; LOPES, Luís Otávio do Canto; FERRÃO, Euzalina da Silva;

HERRERA, José Antônio. Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá – Breves-

PA; Diagnóstico Sócio Econômico. UFPA / CSE / Incubadora Tecnológica de Produção

Familiar. Belém, 202